



A legitimação e o processo de categorização social

Karina Falcone (UFPE)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar o processo de categorização em sua relação constitutiva com o fenômeno de legitimação social. Este estudo fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso e nas noções de categoria propostas por Lakoff (1990), Mondada (1997) e Marcuschi (2007). Analisamos a ação do domínio jornalístico na categorização do assassinato de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1996. Observamos que a legitimação não é estanque e se dá a partir de um *continuum* de categorizações instaurado nas práticas sociais.

Palavras-chave: discurso; cognição; categorização; legitimação; movimentos sociais.

Introdução

Discursos constituem sociedades e têm força para (des)legitimar atores e grupos sociais. Esse processo se constitui, entre outros aspectos, a partir de ações cognitivas de categorização e está atrelada à complexa relação estabelecida entre mente, linguagem e sociedade (VAN DIJK, 2008a). Seguindo essa perspectiva, propomos analisar a ação discursiva do jornalismo no processo de (des)legitimação do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Estado do Pará, em setembro de 1996, quando pelo menos 16 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foram assassinados. Servem como norte teórico para esta discussão os estudos desenvolvidos na Análise Crítica do Discurso (ACD), nas teorias sociais e na Linguística Cognitiva.

Os dados analisados são textos dos gêneros ‘notícia’ e ‘reportagem’, publicados pelo jornal Folha de S. Paulo (FSP), durante a primeira década de cobertura. A opção por esse jornal se deu seguindo dois critérios: *i*) A FSP possui um alto índice de circulação no país, o que caracteriza como um ‘jornal nacional impresso’, daí seu poder discursivo; *ii*) a FSP foi um dos poucos jornais que fez a cobertura *in loco* sobre o massacre, a grande maioria utilizou-se de textos fornecidos por agências de notícias. Situamos este estudo como de natureza mais heurística do que hermenêutica, assim desenvolvemos uma investigação da constituição de um fenômeno – o da legitimação – e não apenas a sua interpretação.

No tratamento dos dados, pretendemos observar as diferentes ações discursivas, tomando uma macrocategoria como guia para a análise das demais categorias analíticas. Essa distinção não se trata de uma ‘hierarquização’ dos dados, mas sim de uma observação mais

aprofundada das ações discursivas. A elaboração da macrocategoria se deu a partir de observações do *corpus*, fundamentadas nas perspectivas teóricas que orientam este trabalho. Nesse processo, desenvolvemos os ‘frames de cobertura’. Essa categorização resulta da nossa proposta para abordar os textos publicados pela FSP durante os dez anos de cobertura do massacre de Eldorado dos Carajás (1996 a 2006). Os frames abarcam enfoques diferenciados sobre o tema, em um determinado contexto sócio-histórico. Esses frames têm como característica uma organização temática proeminente, em períodos específicos da cobertura. A proeminência desses temas, conforme observamos, resulta de aspectos vários, como de ordem social (a pressão dos grupos e movimentos sociais), de ordem jurídica e de ordem política.

Com essa categoria, também é possível analisar o discurso da imprensa não pelo aspecto quantitativo ou cronológico da cobertura, mas sim pelo desenvolvimento dos enquadres discursivos. Isso significa compreender que a atividade jornalística não é uma reprodução de fatos, mas uma ação constitutiva desse tal ‘fato’. A partir das características dos frames de cobertura, investigamos o funcionamento dos demais aspectos linguístico-discursivos. Eles são recortes observacionais do *corpus* e dão conta de como ocorreram os processos de interação entre imprensa e sociedade, enfatizando o aspecto cognitivo do discurso.

A escolha dos gêneros textuais se deve às suas distintas características de organização e estratégias argumentativas. Nos gêneros ‘notícia’ e ‘reportagem’, é possível analisar o discurso da imprensa a partir do efeito de sentido da objetividade. Na notícia, esse efeito de sentido é ainda mais explorado, desde a organização textual, como, por exemplo, na ‘estrutura de relevância’ (*título, lead, sublead*). A natureza dos gêneros é ressaltada por entendermos que eles também operam na construção de sentidos.

Analisamos o discurso da imprensa a partir de uma dinâmica que busca identificar os elementos cognitivos e linguístico-discursivos que operam no processo de interface entre os macroaspectos (contexto social) e o ‘mundo textual’. Assim, desenvolvemos uma análise que engloba elementos discursivo-cognitivos e textuais. E, a partir desses aspectos, observamos a ação da imprensa nas mobilizações sociais e na interferência dos processos jurídicos e dos posicionamentos de governos, ou seja, em aspectos de ordem social e política. É importante ressaltar que compreendemos esse processo também em sentido contrário: os grupos sociais e políticos interferem na construção do discurso da imprensa.

Dessa forma, buscamos investigar, a partir dos textos jornalísticos, a ‘relação constitutiva’ entre uma prática discursiva específica e uma prática social. Se há o preconceito e a marginalização do MST, isso *não* pode ser aceito como ‘a verdade’ sobre o movimento, uma atribuição natural. Mas sim como ‘uma verdade’ construída por grupos e atores sociais específicos, agindo discursivamente.

Para uma compreensão global do estudo proposto, é preciso definir pontualmente algumas noções fundamentais que lhe dão sustentação: uma concepção de *sujeito* crítico/cognitivo, ativo e reflexivo (GIDDENS, 2003; BILLIG, 1991); uma noção sociointeracionista de *língua*, situando-a como uma atividade resultante de relações sociais e instaurada pelos interlocutores mediante os recursos linguísticos para a construção das versões públicas do mundo (MARCUSCHI, 2005a); decorrendo, daí, um conceito de *discurso* como uma forma de ação social (FAIRCLOUGH, 2001), irremediavelmente atrelado à prática social e ao *contexto*, sendo este entendido como modelos mentais, em contínua atualização entre os nossos constructos sociocognitivos e o texto (VAN DIJK, 2006). A *cognição* é a propriedade base para a constituição de todos esses elementos, pois organiza a nossa capacidade de conhecer e de dar a conhecer, sendo que essa capacidade, ainda que individual, é socialmente compartilhada, por isso *sociocognitiva*.

Esses pressupostos nos habilitam a situar a *(des)legitimação* como um fenômeno que emerge nas práticas públicas, constituída no âmbito social, resultante da ação de sujeitos reflexivos. Se estabelecer a *(des)legitimação* é uma ação humana (individual e coletiva), esta ação resulta de operações de natureza sociocognitivas; portanto, o *processo de categorização* é um dos aspectos centrais para este estudo.

Ao analisar os textos publicados sobre o caso de Eldorado de Carajás, identificamos no discurso jornalístico duas possibilidades de categorização do episódio: *massacre* x *legítima defesa*. Militantes do MST, organizações não-governamentais, entidades de direitos humanos etc. categorizam a morte dos militantes dos sem-terra como um *massacre*. Para a Polícia, para a Justiça e para os Governos Estadual e Federal, tratou-se de uma ação de *legítima defesa*. O que pretendemos investigar é a natureza das categorizações e as ações discursivas que resultam em versões tão distintas. Nosso propósito é analisar os esforços cognitivo-discursivos desempenhados pelos atores/grupos sociais para construir um 'fato', pois entendemos que são os discursos que transformam um evento em um 'fato'. Um 'fato' é um trabalho discursivo, não um dado *a priori*.

Situar a legitimação no âmbito sociocognitivo e discursivo requer uma compreensão de *como* atores e grupos sociais agem na constituição desse fenômeno. Se é uma ação humana (individual e coletiva) estabelecer o (i)legítimo, tal ação se dá a partir de operações de naturezas sociais e cognitivas. Entendemos que essas operações resultam em atividades de categorizações de atores e grupos sociais, tendo como sustentação os modelos mentais e as representações sociais construídas coletivamente sobre esses grupos e seus participantes.

Neste sentido, traçamos um rumo diferenciado do proposto por Habermas (1996; 1999 [1973]) para investigar a legitimação, ainda que os seus estudos sejam um norte referencial para que possamos propor tal desdobramento. Concordamos com Habermas (1999 [1973]) quando ele argumenta que a força propulsora da constituição do (i)legítimo está no discurso e na *esfera pública*, mas também buscamos tratar tal fenômeno a partir da natureza constitutiva entre discurso e cognição. Acreditamos que estudos elaborados apenas na perspectiva discursiva não dão conta da complexa ação de *(des)legitimar*, pois tal atividade envolve operações mentais, um intenso processo de negociação entre atores sociais, e se estabiliza nas práticas públicas.

Grupos e atores sociais não são legítimos ou ilegítimos *a priori*. (I)legítimo é uma atribuição, um ato social de categorização, sendo que tal atribuição não é estanque, mas sempre situada. Para exemplificar essa proposta, recorreremos ao nosso *corpus*, no qual analisamos, a partir dos *frames* de cobertura, as variações da categorização do caso de Eldorado dos Carajás. É importante ressaltar que o termo *frame* é adotado como categoria analítica, na qual não remetemos a uma referência teórica específica, mas seguindo uma noção-base sobre *frames*: elementos cognitivos que guiam a compreensão e a própria interação social. Observemos os *frames* construídos a partir da análise das distintas ações discursivas com as quais operou a Folha de S. Paulo:

Frame I - A Circulação das Versões

Frame II - A Mobilização da Sociedade

Frame III - A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos

Frame IV - A Criminalização do MST

Frame V - A Partidarização do MST

Ao analisarmos as distintas orientações da cobertura, percebemos que o processo de categorização do massacre como um ‘fato’ (i)legítimo passa por uma ação contínua, que, se em determinados momentos históricos sofreu um maior controle discursivo por parte dos grupos do poder, em outros a pressão de vários movimentos sociais, Igreja, artistas, intelectuais, interfere e atua nesse processo, democratizando o espaço discursivo do jornal, e, assim, abrindo espaço para outras versões sobre o ‘episódio’, construindo modelos cognitivos diferenciados, contribuindo para a categorização do episódio como *massacre*, e deslegitimando as instituições do poder envolvidas (Governo do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública do Pará e Tribunal de Justiça do Pará).

1. Categorização: uma atividade corporificada na mente e no discurso

Relacionar o estudo da prática jornalística com a noção de categorização mostra-se relevante quando entendemos que o jornalismo atua discursivamente no processo de categorização de atores e grupos sociais. E isso se dá na construção de modelos cognitivos dominantes, a partir do forte controle dos grupos sociais que têm acesso ao discurso da imprensa. Tal perspectiva tem que ser defendida tomando como base o questionamento de duas linhas epistemológicas: *i*) a da tradição objetivista; *ii*) a perspectiva discursiva descorporificada de processos mentais. Para isso, precisamos articular aspectos teóricos de natureza cognitiva, discursiva e sociointeracionista. Entendemos que uma investigação sobre o fenômeno da legitimação que não dê conta desses aspectos é redutora e ignora a complexidade de tal processo. A categorização de grupos/atores sociais como (des)legitimados é de extrema relevância para as pesquisas sociais, pois dela resulta várias outras ações, tais quais discriminação, preconceito, estereotipização e naturalização de poderes.

Tratamos o conceito de categorização de forma bastante direcionada aos propósitos desta investigação, não sendo nosso objetivo desenvolver um amplo apanhado teórico sobre essa noção¹. Vários são os trabalhos já desenvolvidos onde o problema das categorias é exaustivamente discutido, desde sua primeira aparição nas discussões filosóficas, trazida por Aristóteles, que restringiu o processo de categorização às *condições necessárias e suficientes*, até as de base sociointeracionista, na linha proposta por Mondada (2000, 1997), que vêm ganhando mais força atualmente. A proposta de Eleanor Rosch (1978) significou uma ruptura na noção de categorias, em relação à proposta clássica aristotélica, e recolocou a questão em uma perspectiva mais heterogênea e atrelada a um contexto cultural. A noção de Rosch (1978) sobre categorias, entretanto, sofre fortes críticas pela sua natureza ‘laboratorial’, ou seja, distante das práticas discursivas, embasada por uma noção de língua na qual não cabe o agir linguístico dos falantes na construção do mundo, mas apenas como um sistema de ‘etiquetas do mundo’ (MARCUSCHI, 2005a; MONDADA, 1997, 2000).

Lakoff (1990[1987]) é um dos autores, entretanto, que assume o aspecto central da teoria de Rosch (1978) e parte dele para elaborar sua própria teoria. Os estudos desenvolvidos por Lakoff (1990 [1987]) e Lakoff e Johnson (1999) são recebidos, primeiramente, com algum entusiasmo nas ciências cognitivas e entendemos que isso se dá por dois aspectos principais: *i*) a crítica ao paradigma objetivista; *ii*) a tese da corporificação da mente, e como essa questão atua no processo de categorização. As propostas dos autores possibilitam

¹ É vasto o número de obras sobre o conceito de categorização, tendo em vista sua extrema relevância para as ciências cognitivas e para a filosofia. Para um maior aprofundamento nessa questão, indicamos Rosch (1978), Lakoff (1990) Lakoff e Johnson (1999[1987]), Mondada (1997), Marcuschi (2005a), só para citar alguns.

rupturas com as tradições empíricas e dualistas. Hoje já não há tanto consenso em torno da teoria experiencialista de Lakoff, aspecto que discutimos mais adiante. É preciso esclarecer que assumimos as principais noções da teoria de Lakoff, acatamos algumas das críticas apresentadas a tal proposta, e buscamos, a partir desse debate, reflexões que caminhem para articulações de um pensamento sobre categorias em sua natureza mental, discursiva e interacionista. A questão é que, nesse momento, parece-nos irremediável seguir as rupturas apresentadas por Lakoff para que cognição-discurso-sociedade possam ser entendidos como uma tríade constitutiva e, assim, os estudos discursivos se estabeleçam na agenda cognitivista.

Com esse propósito, apresentamos algumas considerações que lhe dão sustentação. Na visão tradicional, ou objetivista, a razão é abstrata e descorporificada, ou seja, é norteadada pela visão dicotômica mente x corpo. Na visão cognitiva, a razão tem uma base corporal. Nós pensamos, interagimos e nos movimentamos no mundo, a partir da relação que a nossa mente estabelece com a nossa estrutura corpórea. Romper com essa dicotomia é uma postura radical contra a tradição filosófica ocidental. Ou ainda mais importante: é uma forma diferenciada de perceber e estabelecer o que nos faz humanos. Enquanto a visão tradicionalista defende que a capacidade de pensar e a razão são abstratas, ou seja, *transcendentais*, no sentido que vão além das limitações físicas do organismo, a proposta de Lakoff (1990 [1987]) prevê que a natureza do organismo pensante e a forma como ele funciona em seu ambiente são aspectos centrais para o estudo da razão. Sendo assim, questões antes tratadas como periféricas ou adornos da linguagem passam a ser temas constitutivos para a compreensão do funcionamento da mente humana. São elas: a *metáfora* e a *metonímia*, que dão conta dos aspectos imaginativos da razão.

A proposta de Lakoff (1990 [1987]), em linhas gerais, propõe: a) um comprometimento com a existência do mundo real; b) um reconhecimento de que a realidade delimita os conceitos; c) uma concepção de verdade que vai além de uma mera coerência interna; d) um comprometimento com a existência de um conhecimento estabilizado no mundo. Nessa concepção, *experiência* é entendida em sentido amplo: inclui todo o aparato utilizado na construção das nossas experiências reais ou potenciais, tanto dos organismos individuais ou comunidades de organismos – não apenas percepção, movimento motor etc., mas *especialmente* a aquisição genética interna de um organismo, e a natureza de suas interações tanto em seus ambientes físicos ou culturais.

Neste ponto, chamamos a atenção para dois aspectos da teoria de Lakoff (1990[1987]): um que assumimos e outro que rejeitamos. A perspectiva experiencialista prevê a constituição do individual a partir da interação com o social, daí a ideia de que a corporificação da mente é constituída pela nossa estrutura corpórea e nossas ações motoras no mundo. O pensamento e a razão concernem, essencialmente, à natureza do organismo fazendo coisas e pensando – incluindo a natureza do seu corpo, sua interação em seu ambiente e suas características sociais. Além de uma ruptura entre a dicotomia mente x corpo, o autor também prevê organismos individuais e organismos sociais em relações interacionais. Tal compreensão é de extrema relevância para este estudo, pois aponta para a natureza constitutiva dos processos mentais e das práticas sociais.

É a partir do estudo das categorias que Lakoff (1990[1987]) e Lakoff e Johnson (1999) vão apresentar evidências empíricas para a sua teoria da natureza corporificada da razão e da imaginação. Para os autores, *os sistemas conceituais são organizados em termos de categorias, e boa parte, senão todos os nossos pensamentos, envolve essas categorias*. Lakoff (1990 [1987]) e Lakoff e Johnson (1999) defendem que a ação de categorizar é irremediável a qualquer sistema neuronal: até uma ameba categoriza o que é comida ou não. Na escala evolutiva, o ser humano opera com elementos mais complexos e elaborados ao categorizar:

“Toda vez que nós vimos *alguma coisa* como *um tipo* de coisa, estamos categorizando” (LAKOFF, 1990 [1987], p.6). Para o autor, não há nada mais básico do que a categorização para os nossos pensamentos, ações e discurso.

Essa compreensão é especialmente relevante para o estudo sobre Eldorado dos Carajás e a ação da imprensa no processo de (des)legitimação do caso. Os atores sociais que tiveram suas versões veiculadas nos textos jornalísticos, assim como os próprios jornalistas, *viram* o episódio de formas distintas, ou seja, categorizaram como *um tipo de coisa*. Isso quer dizer que raciocinamos não apenas sobre coisas individuais ou pessoas, mas sobre *categorias de coisas e pessoas*, por isso a categorização é crucial para cada perspectiva de raciocínio e cada perspectiva de raciocínio deve estar associada a uma categoria. A perspectiva de raciocínio como uma manipulação descorporificada de símbolos abstratos vem com uma perspectiva implícita de categorização: é uma versão da teoria clássica de categorias. Essa é a importância de atrelar aspectos das atividades de categorização com o estudo da legitimação – que vem sendo desenvolvido, basicamente, nas teorias sociais.

O que a concepção de categorias desenvolvida por Lakoff (1990 [1987]) traz de relevante para os estudos linguísticos é exatamente a ruptura com a visão clássica representacionista, na qual o significado é entendido a partir de uma relação direta entre o mundo (as coisas do mundo) e as palavras – significado por correspondência. Ao discutir as categorias como *conceituais*, ou seja, elaboradas a partir de *Modelos Cognitivos Idealizados* (MCI), Lakoff (1990[1987]) rompe com o objetivismo e abre possibilidades para teorizações mais complexas sobre como a mente humana funciona no processo de organização e, conseqüentemente, sobre a nossa ação no mundo. O conceito de MCI é o que constitui a tese central de Lakoff (1990[1987]), pois seria por essas estruturas de significados que organizamos nosso conhecimento. Nós usamos os modelos cognitivos na tentativa de entender o mundo. Em particular, nós os usamos para teorizar sobre o mundo, tanto na construção de teorias científicas quanto na construção das teorias que elaboramos cotidianamente. Dessa forma, a sistematização das categorias, assim como dos seus efeitos prototípicos, é produzida a partir desses modelos. O conceito de protótipos vem, em seu princípio, da teoria de Rosch (1978) e tem sido questionado e reformulado por vários autores. No próximo ponto, tratamos mais sistematicamente dessa noção.

O aspecto discordante entre a proposta de Lakoff (1990[1987]) e a que defendemos nesta investigação é a distinção estabelecida pelo autor entre *categorias de coisas* e *categorias de entidades abstratas* (eventos, ações, emoções, relações espaciais, relações sociais, governos etc.). Essa é uma questão problemática, pois prescinde de uma perspectiva discursiva. Ao distinguir categorias de *coisas que experienciamos* de *coisas abstratas – que imaginamos*, percebe-se que não há um entendimento do processo constitutivo de semiotização (e conseqüentemente de categorização) das coisas mundanas, sejam elas abstratas ou concretas. Ambas as categorias resultam de processos de semiotização, conforme discutiremos mais adiante, daí sua natureza discursiva.

Dessa reflexão, tecemos considerações que tratam da articulação discurso-mente. Marcuschi (2005a, p. 2) orienta essa questão ao propor a ‘compreensão discursiva dos processos mentais’, e não apenas a partir dos aspectos corpóreos e experienciais: “o mundo da experiência sensorial simplesmente não tem uma face externa diretamente palpável, seja aos nossos sentidos ou às nossas teorias. Tudo que dizemos é mediado pelo conceito que se expressa discursivamente”. Entretanto, o passo dado por Lakoff (1990 [1987]), deixando para trás a perspectiva representacionista, é de extrema relevância para pontuar a questão da situacionalidade das habilidades cognitivas, e assim trazer a questão das categorias para as práticas social e discursiva.

A guinada dá rumo a uma noção de construção social da realidade em que o sujeito e os processos interativos se tornam centrais. Com isso surge, como frisa Mondada (1997, p. 297), “o reconhecimento da natureza discursiva das categorias”. E, se compreendemos que o ato de categorizar resulta do processo da interação sujeito-mundo, não se pode tratar esses objetos categorizados como uma extensão da realidade, ou mesmo fenômenos pré-existentes às relações humanas. É imprescindível assumir que operamos com ‘objetos do discurso’ (MARCUSCHI, 2005a) – sejam eles concretos, abstratos, imaginários –, que eles são elaborações humanas, construídos ao longo do processo histórico, e culturalmente arraigados. Assim, as categorias são, ao mesmo tempo, uma organização do mundo, e uma forma de atuarmos nesse mundo.

Mondada (1997), buscando uma perspectiva que mude o foco dos contextos experimentais para a elaboração das categorias, postula que elas são operações de natureza sociodiscursivas e resultam em nossas formas de ‘saber o mundo’. Marcuschi (2000) chama a atenção para um problema essencial, ao se tratar de categorias: a importância de delimitar sob que perspectiva de língua essa noção é desenvolvida. Para entendermos categorias como uma atividade de organização cognitiva do mundo, em constante processo de reelaboração, e que ocorre em um processo de mão dupla – ao mesmo tempo em que é uma ação intersubjetiva de atores sociais para organizar o mundo, também situa a forma que esses atores percebem e atuam sobre as coisas mundanas – não se pode operar sob uma perspectiva representacionista de língua, a qual a postula como um ‘sistema de etiquetas’. Assim, adotamos os pressupostos que Marcuschi (2000) apresenta como delineadores para um novo olhar sobre a linguagem, o mundo e o discurso. Esse pressuposto, basicamente, é sobre a *indeterminação linguística* que apresenta a língua como atividade. A língua, portanto,

não é um sistema autônomo que se esgota no código, é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade.” [...] a determinação se dá no uso efetivo. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social (MARCUSCHI, 2000, p.81).

A partir dessa noção de língua, podemos afirmar que as categorias também apresentam uma *instabilidade constitutiva*. Por isso, a própria organização das categorias, assim como a atividade de atribuição de características aos seus componentes, também é instável, algo que não pode ser entendido como uma organização natural, ou sequer definida apenas no limite das nossas experiências. Trata-se de uma atividade que envolve sujeitos interagindo discursivamente em situações sociais específicas, culturalmente situadas e historicamente constituídas. Daí a afirmação de Marcuschi (2005a, p.10): “as categorias não podem ser tomadas como estruturas invariantes, capazes de realisticamente agruparem a realidade extramente de modo culturalmente insensível, sem uma nítida inserção contextual. Categorias não são entidades naturais e realistas”. Esta perspectiva é importante para a discussão sobre os conceitos de *protótipo* e de *estereótipo* desenvolvida no próximo tópico.

2. Entre protótipos e estereótipos: a categorização de atores/grupos sociais como um *continuum*

O conceito de protótipo tem sido um ponto crucial nas investigações sobre categorias. A primeira a apresentar a idéia da organização das categorias a partir de elementos

prototípicos foi Rosch (1978), o que ficou conhecida como a *teoria dos protótipos*. A autora percebeu que, até então, os estudos realizados sobre categorias tinham uma tendência a generalizar casos particulares. Após estudos empíricos, realizados a partir de realidades culturais distintas, Rosch (1978) propôs que o pensamento, em geral, é organizado em termos de *estruturas prototípicas* e de *nível básico*. As categorias humanas são tipicamente conceitualizadas em mais de uma forma, nos termos chamados de *protótipos*: esses elementos são os que melhor caracterizam uma categoria. Antes do trabalho de Rosch e seus associados, os conceitos clássicos de categorias eram tomados como um truísmo, não só na Psicologia, como também na Antropologia, Filosofia e outras disciplinas. Se a teoria dos protótipos de Rosch (1978) foi decisiva para a reconceitualização de categorias, também se deve às suas pesquisas que o conceito de categorias seja atualmente um dos pontos principais para as pesquisas cognitivas.

Paralelo a esse legado, a proposta de Rosch (1978) vem sofrendo várias críticas, principalmente por parte de autores que seguem a linha sociointeracionista de investigação, apontando o conceito de língua subjacente às pesquisas de Rosch como um dos pontos mais problemáticos. Marcuschi (2007, 2005a) e Mondada (2000, 1997) tratam desse aspecto mais sistematicamente, ressaltando que a teoria dos protótipos ‘escamoteia’ uma concepção de língua como um sistema de etiquetagem do mundo, desenvolvida de forma descontextualizada – usando apenas ‘palavras-etiquetas’ –, o que não propicia entender a construção de categorias como resultante das práticas discursivas.

O que está em questão em torno de todo esse debate é a possibilidade de se estabelecer elementos prototípicos para as categorias. Se a teoria dos protótipos provocou uma ruptura nos estudos de categorias, não se pode ignorar, como já apontou Marcuschi (2005b), que essa visão, mesmo tendo trazido suas contribuições, constitui o ponto fraco das classificações categoriais, pois os prototípicos são instáveis e empiricamente complicados. Segundo as considerações de Marcuschi (2005b, p. 15), “não temos protótipos categoriais rígidos, já que as categorias são culturalmente sensíveis e a prototipicidade é muito mais um efeito do que um universal metafísico (como as categorias aristotélicas) com propriedades necessárias e suficientes”. Essas considerações nos levam a um caminho que não, necessariamente, descarta a possibilidade de se operar com o conceito de protótipos, mas sim a impossibilidade de assumir que existam ‘entidades prototípicas’, num sentido rígido ou determinado. Devemos entender “a prototipicidade como um efeito da tipicidade e não um estado de uma determinada entidade” (MARCUSCHI, 2005b, p. 16), assim ainda de acordo com o autor: “não devemos ser ingênuos a ponto de ignorar que as representações de um grupo social têm uma estabilidade bastante grande, que se costuma designar como propriedades típicas de um dado fenômeno e que constroem sua tipicidade ou prototipicidade (MARCUSCHI, 2005b, p. 16)”.

Isso requer operar com análises de protótipos categoriais em contextos de uso, sempre atrelados a uma situacionalidade e a relações interacionais específicas. Essa é a nossa proposta para investigar a categorização de fontes prototípicas ou estereotipadas na cobertura jornalística do caso de Eldorado de Carajás. A partir da ocorrência desse fenômeno nos *frames* – que já carregam o caráter contextualizador – observamos os diferentes papéis que os atores sociais assumiram durante a cobertura, ora como entrevistados prototípicos, ora de forma estereotipada. Entendemos que a mudança nesses papéis resulta do constante processo de negociação entre os representantes dos governos, instituições (entre elas a própria imprensa), movimentos sociais e a sociedade em geral, no processo dinâmico de (des)legitimação de massacre de Eldorado de Carajás.

Lakoff (1990 [1987]) trabalha com o conceito de *estereótipos sociais*, mas não como uma mera oposição à noção de protótipo. De acordo com o autor, os estereótipos devem ser entendidos como um tipo de modelo metonímico, ou seja, eles não são *algo por si*, mas são elaborados por efeitos de prototipicidade. Os estereótipos são sociais porque podem ser usados para padronizar uma categoria como o todo, por isso são elaborações mais complexas e mais consolidadas cognitivamente. Lakoff e Johnson (1999) ressaltam que o estereótipo é uma categorização negativa de um membro de um grupo. É usado para que façamos julgamentos negativos sobre as pessoas. Os estereótipos sociais são usualmente conscientes e frequentemente são objetos de discussões públicas. Essa perspectiva é a base para as noções de ‘ator social prototípico e estereotipado’, como também de ‘discursos prototípicos e estereotipados’, discutidas nas análises, pois dá conta da relação dinâmica que estamos defendendo na construção dos papéis sociais, assim como da construção discursiva dos *efeitos* de prototipicidade e de estereotipização, sendo esses constituídos a partir de modelos cognitivo-culturais.

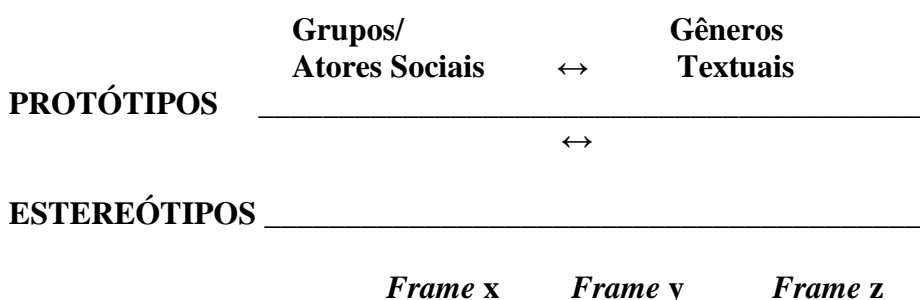
Lakoff (1990 [1987]) e Lakoff e Johnson (1999) também concebem os protótipos como efeitos de tipicidade, sendo que tal efeito resulta da natureza dos modelos cognitivos, os quais devem ser vistos como as ‘teorias’ que desenvolvemos sobre os variados assuntos. Esse é um ponto extremamente importante para Lakoff (1990 [1987], p.45): “a estrutura da categoria desempenha um papel importante no raciocínio. Em vários casos, os protótipos atuam como pontos de referência cognitiva de vários tipos e formam a base das inferências”. Por isso, para Lakoff e Johnson (1999), raciocinar com protótipos é tão comum que é inconcebível que possamos funcionar sem eles. Entretanto, os autores fazem uma ressalva, que remete, em parte, às críticas apontadas por Marcuschi (2005a) e Mondada (1997). Em suas conclusões sobre a teoria dos protótipos, Lakoff e Johnson (1999) alertam que parte do problema que deve ser encarado sobre essa questão é que ela não dá conta e está aquém da compreensão popular sobre categorização. Daí, possivelmente, estar arraigado ao conceito de protótipos a sua natureza arbitrária.

Assim, delimitadas as restrições teóricas e os aspectos que agregamos sobre a noção de estereótipos para nossa investigação, o que nos interessa agora é analisar o processo contínuo de negociação entre mídia e sociedade na construção das características de atores e grupos sociais, cambiantes entre prototípicas e estereotipadas, e como as relações de poder – sejam elas institucionais ou sociais, oriundas da pressão popular, por exemplo – operam nesse processo.

Uma leitura mais atenta dos jornais nos faz perceber que o discurso de alguns atores sociais tem acesso privilegiado entre as distintas vozes que compõem um texto jornalístico. É isso em seus variados gêneros: notícias, reportagens, notas etc. Esses atores, frequentemente, são representantes das instituições de poder e são tidos pelos jornalistas como ‘fontes confiáveis’ para tratar as questões da ordem do dia. Os critérios para se qualificar alguém como ‘fonte’ no jornalismo são os mais variados e tendem a atribuir um caráter de objetividade ou ‘naturalização’ desse processo: ou seja, algumas pessoas – pelo cargo que exercem, pela instituição da qual fazem parte, pela sua ‘imparcialidade’ sobre a questão etc. – devem ser, naturalmente, as fontes preferenciais dos jornalistas. Entretanto, o caso do acesso ao discurso jornalístico envolve vários aspectos de natureza ideológica, a partir de complexas redes de controle discursivo (FALCONE, 2004; VAN DIJK, 2008b). Estabelecer as ‘vozes’ que estão legitimadas para circular nos distintos veículos de comunicação em muito se distancia de uma relação objetiva ou natural. Trata-se de uma ação ideológica, discursivamente manifesta. Tampouco é uma atribuição rígida e fixada em critérios estanques, e esse é exatamente o aspecto que buscamos investigar agora, ao analisar a recorrência do

acesso dos atores sociais na mídia, a partir do *continuum* de representações prototípicas ↔ estereotipadas.

A proposta da análise das representações prototípicas e estereotipadas, a partir do *continuum*, leva em consideração não apenas os *frames* de cobertura, como também a relação com os gêneros textuais, pois não consideramos irrelevante a função pragmática dos gêneros nos quais os discursos estão veiculados. Alguns gêneros jornalísticos são mais fortemente controlados, no que diz respeito ao acesso discursivo, pelo seu poder discursivo-cognitivo de legitimar discursos. Como exemplo desses gêneros, citamos o artigo de opinião, a reportagem, a entrevista *ping-pong* (pergunta-resposta) e a notícia. Situamos como ‘menos controlados’, inclusive pelo critério de ‘menos lidos’, as cartas do leitor e as notas de reportagens. Vejamos a esquematização dessa proposta abaixo:



3. A análise do continuum protótipo – estereótipo no discurso jornalístico

Observemos, na análise das notícias abaixo, o funcionamento do *continuum* das representações prototípicas ↔ estereotipadas dos atores/grupos sociais, a partir da relação do domínio jornalístico com as demandas da sociedade e a instabilidade do processo de (des)legitimação.

Exemplo 1:

Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará. Ele se disse "surpreso" com o incidente.

"Os sem-terra estavam na estrada, cercando o trânsito. De modo que a polícia do governo do Estado agiu para liberar a estrada", afirmou à saída de um encontro com o ex-presidente Itamar Franco.

Andrade Vieira disse que o confronto no Pará não é um conflito por terra. "Não tem nada que ver. Eles (os sem-terra) estavam acampados na estrada."

Vieira disse que determinou ao presidente do Inca, Raul do Valle, que viajasse para o Pará e, se fosse necessário, até o local do conflito. Mas afirmou que não se envolverá na investigação das mortes. "A questão é de natureza policial e afeta ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Agricultura."

Andrade Vieira afirmou que as pessoas que estavam na estrada eram um "aglomerado que surgiu recentemente". Segundo ele, "nem era um acampamento".

O ministro disse que o Inca já deu solução para uma situação antiga que existia na região. "Cada vez que o Inca resolve o problema de um acampamento, surge outro", acrescentou.

Segundo ele, existe um acordo do Incra com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local do conflito, que estaria sendo cumprido "na íntegra" pelo governo.

Exemplo 2:

MST quer a demissão de Jobim (FSP, 22/04/1996)

O presidente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), João Pedro Stedile, vai pedir hoje, em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, intervenção federal no Pará e a demissão do ministro Nélson Jobim (Justiça).

Para o MST, Jobim é "co-responsável" pelo confronto entre sem-terra e a polícia do Pará, ocorrido na quarta-feira passada, quando 19 sem-terra morreram.

Na opinião dos sem-terra, o ministro Jobim também é responsável porque, após o massacre de Corumbiara (RO), não encaminhou, conforme era de sua responsabilidade, diversos projetos de lei contra a violência no campo e os responsáveis estão impunes até hoje.

Conclusões

De volta, ontem, de uma visita de dois dias à região de Eldorado de Carajás, Stedile disse que o MST chegou a três conclusões:

1) O massacre foi planejado; 2) o governador Almir Gabriel é responsável direto, porque autorizou por telefone o coronel da PM, Mário Pantoja, a atacar os sem-terra, e 3) há necessidade imediata de que todos os oficiais e soldados sejam presos para garantir que o inquérito prossiga dentro da lei.

Denúncias

O advogado do MST, Luiz Eduardo Greenhalgh, disse que, do ponto de vista jurídico, o movimento adotará três providências internacionais. Vai fazer denúncias do massacre junto ao alto comissariado das Nações Unidas e na Comissão das Nações Unidas que trata das execuções sumárias e na comissão de direitos humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Greenhalgh disse que o MST vai iniciar um trabalho jurídico no país com a entrada nos tribunais de uma ação de responsabilidade civil contra o governo do Pará.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, disse que o massacre mostra que a reforma agrária é a prioridade absoluta.

Dos muitos aspectos que podem ser analisados e contrastados nesses dois textos, vamos nos deter nas topicalizações, a princípio, e em seguida nas representações discursivas, para analisarmos a caracterização prototípica ↔ estereotipada dos atores e grupos sociais, a partir da perspectiva do *continuum*. A primeira observação que nos parece relevante é sobre a distância cronológica entre a publicação das duas notícias. Embora elas estejam em uma relação dialógica, pois se no texto do Exemplo 1 o governo acusa o MST pelas mortes em Eldorado de Carajás, no Exemplo 2 há uma reação do movimento em argumentar na direção contrária, culpando o governo – em sua mais alta instância, a Federal – pelo massacre.

A cronologia é relevante na análise da topicalização, pois o discurso do Governo (e consequentemente a sua versão) foi publicado dois dias depois dos assassinatos em Eldorado. Já a notícia, na qual o tópico é o discurso dos sem-terra, foi publicada três dias depois. Observamos no *corpus* outras notícias, nesse período, onde predominava o discurso dos sem-terra, reportado na estrutura de relevância do texto, mas não em caráter institucional como a que apresentamos no Exemplo 2. E, tendo em vista que a acusação do governo contra os sem-

terra foi feita institucionalmente, por um ministro do Governo (*O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará*), só assim o diálogo poderia ser estabelecido de forma mais igualitária, entre instituições. Partindo para a análise da relação protótipo ↔ estereótipo nas duas notícias, no Exemplo 1 observamos que o ator social prototípico – e a única representação discursiva da notícia – é o então ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira. Sendo o representante de uma instituição superior de poder, o discurso do ministro não precisa de nenhum outro ‘apoio’, ou seja, um interdiscurso, para trazer as graves críticas contra o MST. Isso é legitimado pelo cargo que ocupa, e que lhe atribui, a princípio, uma característica de fonte prototípica.

Entretanto, defendemos que, se há um forte controle de poder para esse acesso discursivo privilegiado, essa relação não é monolítica e pode ser ‘quebrada’, a partir das distintas reivindicações e mobilizações sociais. Observemos esse aspecto no Exemplo 3, no qual o texto é composto pelos discursos dos então principais representantes dos sem-terra: o presidente do MST, João Pedro Stedile e o advogado do movimento, Luiz Eduardo Greenhalgh, que tem forte influência no processo, pois traz o discurso jurídico em defesa do MST. Todo o texto é composto por discursos dissonantes ao governamental, em um caso em que as instituições de poder não tiveram acesso ao discurso da imprensa. Neste sentido, observamos que há uma estereotipização do discurso do governo, excluído da composição textual. Nesse processo, o discurso que já teve forte efeito de prototipicidade, no *Frame I*, devido à recorrência na estrutura de relevância, passa para a outra linha do *continuum*, sendo estereotipizados os atores e o grupo social que o produz.

Esse processo de estereotipização do discurso governamental também vai ser uma característica do *Frame II*: A Mobilização da Sociedade. Observemos alguns aspectos na notícia a seguir:

Exemplo 3:

Igreja registra 33 mortes no campo (FSP, 18/07/1996)

A violência no campo fez 33 vítimas neste primeiro semestre. A maioria das mortes (28) ocorreu no Pará. Três foram registradas em Mato Grosso. Goiás e Maranhão tiveram uma morte cada.

Os dados divulgados, em Brasília, fazem parte de relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), órgão da Igreja Católica.

Das 29 mortes ocorridas no Pará, 19 foram cometidas por policiais militares no massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril. Segundo a CPT, desde a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, há 18 meses, já houve 74 mortes de sem-terra.

A violência contra trabalhadores rurais "está se tornando marca do governo de Fernando Henrique Cardoso", diz o relatório.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse que não podia fazer nenhum comentário sobre o assunto porque não havia recebido o relatório.

Ontem, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também divulgou nota para, mais uma vez, questionar os números divulgados pelo governo federal sobre assentamentos.

O governo pretendia, segundo o MST, assentar 60 mil famílias em 96. Relatório do Inbra afirma que apenas 18.037 famílias foram assentadas, o que caracteriza, para o MST, a impossibilidade de se atingir a meta até o final do ano.

Para o ministro Jungmann, as críticas não procedem. Segundo sua assessoria, até 15 de julho foram assentadas 19,6 mil famílias. De acordo com Jungmann, o ritmo só foi acelerado após abril porque a reforma agrária, como todos os projetos do governo, dependia da aprovação do Orçamento.

Nesta notícia, a predominância discursiva é da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, que teve forte influência na articulação e fundação do MST. O tópico trata de um relatório apresentado pela CPT, denunciando as mortes dos trabalhadores rurais, com grande ênfase no caso de Eldorado dos Carajás. Notícias desenvolvidas a partir de tópicos denunciando a violência no campo não são recorrentes nas coberturas jornalísticas, de forma geral, o que nos leva a acreditar que a principal razão para que essa tenha sido publicada é a relação com as mortes em Eldorado dos Carajás. Percebemos que, neste texto, o discurso do ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, mesmo que respaldado pelo poder institucional, é o menos prototípico, pois só aparece nos últimos parágrafos – de acordo com as normas dos cânones jornalísticos, esse espaço é para os discursos ‘menos relevantes’. Além da condição desprivilegiada, o discurso do ministro é colocado em uma relação responsiva ao do MST, causando um efeito de sentido que enfraquece ainda mais sua ‘autoridade’.

Se nos *frames* I e II encontramos espaços de democratização discursiva, e, em alguns casos, até a quebra dos padrões dos discursos tomados como prototípicos e estereotipados – como analisamos no Exemplo 3 – no *Frame* IV (A Criminalização do MST), o controle das instituições de poder se dá de forma mais hegemônica, o que resulta em uma relação mais estagnada entre as representações discursivas prototípicas ↔ estereotipadas. Esse *frame* assinala uma possível ação discursiva da imprensa no processo de deslegitimação do MST.

Exemplo 4:

Sem-terra saqueiam caminhão no RN (FSP, 22/08/1998)

Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405, no município de Apodi (RN), levando cerca de cinco toneladas de alimentos.

O saque ocorreu por volta das 9h. Os sem-terra montaram uma barreira na estrada e obrigaram o motorista Edmildo Dias Dutra a entregar o carregamento de lingüiça e mortadela. A carga era da empresa São Mateus, de Recife.

Foi o terceiro saque organizado pelo MST desde o início do ano na região de Mossoró e Apodi. No mês de maio, ocorreram saques nos municípios de João Câmara e Bento Fernandes. A região é uma das mais atingidas pela seca no Rio Grande do Norte. Os saqueadores fazem parte de um grupo de 105 famílias que está acampado há dois meses na fazenda Mororó, pertencente à família Rosado, de Mossoró.

Atropelamento

O trabalhador rural Miguel de Souza, 42, coordenador do assentamento 17 de abril, em Eldorado de Carajás (PA), foi atropelado e morreu anteontem durante uma marcha do MST. A marcha reuniu cerca de 800 trabalhadores.

Segundo Gilmer de Oliveira, da direção estadual do MST no Pará, o trabalhador foi atropelado por um carro por volta das 22h, quando a marcha estava na rodovia PA-275, próxima a Curionópolis.

Um carro em alta velocidade teria investido contra o trabalhador, que foi atingido pelas costas. O motorista fugiu em seguida. Testemunhas disseram que tratava-se de uma camionete Saveiro. Um carro da Polícia Militar teria tentado seguir o carro.

Miguel de Souza morreu no local. A Agência Folha não conseguiu no final da tarde de ontem contatar a polícia de Curionópolis para saber se o suspeito havia sido identificado ou detido.

Miguel de Souza saiu anteontem de Parauapebas, por volta das 17h30, em um grupo de cerca de 800 trabalhadores rurais que formam uma coluna.

A coluna vai marchar até Belém. Os integrantes vão participar do "Grito dos Excluídos", que ocorre no dia 7 de setembro próximo.

O corpo do trabalhador estava sendo velado ontem no assentamento 17 de abril, antiga fazenda Macaxeira, em Eldorado do Carajás. No local ocorreu o massacre de 19 sem-terra em 1996. Uma segunda coluna de trabalhadores rurais ligados ao MST, que saiu de São João do Araguaia, deve chegar a Belém no dia 30.

Os dois trechos acima são partes de uma mesma notícia: a primeira parte é o início do texto (título, *lead* e *sublead*) e a segunda é o seu desdobramento final, destacado no texto por um intertítulo (“Atropelamento”). No primeiro trecho, a topicalização enfoca os saques, enquanto a informação sobre a morte de um integrante do MST por atropelamento, durante a marcha até Brasília, é publicada nos últimos parágrafos. As informações principais, apresentadas no *lead* e *sublead* da notícia, tratam a ação dos sem-terra como um crime, sem contextualizar os aspectos sociais e políticos que acarretam tais ações: a falta de uma política governamental para os assentamentos, sem repasse de verba ou infra-estrutura para o plantio, o que leva a uma situação de miséria e fome.

É interessante analisar a primeira linha do texto: “Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405”. O sujeito do enunciado é indefinido, o que deixa ambíguo se as pessoas que participaram do saque são sem-terra, ou apenas foram ‘organizadas pelo MST’ para participar da atividade. Essa estratégia pode levar à compreensão de que os saques são realizados como práticas criminosas, pois não define que os sujeitos que praticam a ação são integrantes de um movimento social e que essa é uma prática utilizada em casos de extrema necessidade de sobrevivência. Desconsiderar tal aspecto, a partir de estratégias discursivas que se dão nas relações sintáticas e semânticas, é uma ação de criminalização do MST.

Considerações Finais

Ao centrar nossa análise na relação dinâmica e contextualizada da categorização dos atores e grupos sociais no *continuum* protótipo ↔ estereótipo, pretendemos tratar, neste trabalho, os seguintes aspectos centrais da atividade de (des)legitimação : *i*) trata-se de uma ação discursiva e socio-cognitiva, que se dá a partir de uma complexa articulação entre os mais distintos domínios discursivos; *ii*) a (des)legitimação é um *processo*, daí seu caráter dinâmico e instável, estando sempre atrelado a contextos sócio-históricos; *iii*) são sujeitos reflexivos, ou atores sociais, que atuam nesse processo, em ações intersubjetivas, daí seu caráter socio-cognitivo; *iv*) como resultante dessas práticas, identificamos as distintas categorizações de atores e grupos sociais, a partir da atribuição coletiva de características prototípicas ou estereotipadas.

Na discussão proposta, as teorias de Lakoff (1990 [1987]) e Lakoff e Johnson (1999) são o norte principal para compreensão de que a prática discursiva é constituída por sistemas conceituais, organizados em termos de categorias.

ABSTRACT: This article investigates the process of categorization in its constitutive relation with the phenomenon of social legitimization. It is based on Critical Discourse Analysis and the notions of category proposed by Lakoff (1990), Mondada (1997) and Marcuschi (2007). The actions of the journalistic domain in the categorization of the assassination of members of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [Movement of Landless Rural Laborers] in 1996 are analyzed. It is observed that legitimization is not a static phenomenon, but occurs in a *continuum* of categorizations founded in social practices.

Keywords: discourse; cognition; categorization; legitimating, social movements

Referências bibliográficas

BILLIG, M. *Ideology and opinions: studies in rhetorical psychology*. London: Sage. 1991.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB. 2001.

FALCONE, K. *O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal*. Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. 2004.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1999 [1973].

_____. *Between facts and norms*. Cambridge: Institute of Technology Press. 1996.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press. 1990 [1987].

LAKOFF, G. e JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh. The embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books. 1999.

MARCUSCHI, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MARCUSCHI, L.A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna. Série Dispersos, p. 124-145. 2007.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. *Revista Veredas*, Juiz de Fora. 2005a.

_____. *Curso de linguística cognitiva*. Aula 7 – Noção de categorias e processos de categorização, tendo em vista suas relevâncias para os processos de referenciação. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo). 2005b.

_____. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: E. Gärtner / A. Schönberger (Eds.). *Estudos da linguística textual*. Frankfurt am Main: Editora TFM, p.79-107. 2000.

MONDADA, L. Processus de catégorisations et construction discursive des catégories. In: Dubois, D. (Org.). *Catégorisation et cognition: de la nova perception au discours*. Paris: Kimé, p. 291-313. 1997.

_____. Pour un approche de activités de catégorisation. In: Gajo, L. *Interactions et acquisition en contexte*. Freiburg: Editions Universitaires, p. 99-127. 2000.

ROSCH, E. Principles of categorization. *In*: E. ROSCH & B.B LLOYD. (Eds.) *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, p. 27-48. 1978.

VAN DIJK. T. A. *Discurso e poder*. Orgs: Hoffanagel, J. e Falcone, K. São Paulo: Contexto. 2008a.

_____. *Discourse and context. A sociocognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press: 2008b.

RECEBIDO EM 15/08/2010 – APROVADO EM 29/01/2011